
O PARADIGMA ESPAÇO–TEMPO: EVOLUÇÃO E MANIPULAÇÃO DO SENTIDO E DO SIGNIFICADO DE ESPAÇO E DE TEMPO NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Marcelo Milano Falcão Vieira
FGV/RJ

Paulo Henrique Simas Garrofé
FURNAS Centrais Elétricas S.A.

Sumário: 1. A evolução dos conceitos de tempo e espaço, de Taylor aos dias atuais; 2. O avanço tecnológico e o sentido de tempo; 3. O fenômeno da globalização e o significado de espaço; 4. A perplexidade da sociedade e a transformação do mundo das organizações e da gestão; 5. O paradigma espaço-tempo nos sistemas de energia elétrica no Brasil; 6. Conclusão.

RESUMO

Neste trabalho apresentam-se reflexões a respeito da evolução e manipulação do sentido e significado de espaço e de tempo e dos paradoxos e contradições encontrados no paradigma espaço-tempo nas organizações contemporâneas. Primeiramente é feita uma introdução sobre o sentido do tempo e da velocidade nas organizações e sobre o significado de espaço, desde o modelo taylorista-fordista de produção até o modelo econômico hegemônico que se formou após a queda do Muro de Berlim. Na segunda parte é feita uma análise da evolução e manipulação do sentido do tempo e do significado do espaço à luz do fenômeno da globalização e dos processos de privatização, decorrentes da aplicação do modelo neoliberal, bem como dos paradoxos e contradições encontrados no paradigma espaço-tempo. Por fim, realiza-se uma aplicação dos conceitos, paradoxos e contradições associados ao paradigma espaço-tempo desenvolvidos neste artigo, para a análise da atividade de operação de sistemas elétricos no Brasil.

Palavras-chave: espaço-tempo; lugar-local; lugar-global; organizações contemporâneas; operação de sistemas elétricos.

ABSTRACT

In this work, thoughts on the evolution and manipulation of the sense and meaning of space and time and on the paradoxes and contradictions found in the time-space paradigm inside the contemporary organizations are presented. First, an introduction on the sense of time and speed in the organizations and of the meaning of space inside the organizations is made since the taylorist-fordist production model up to the hegemonic economical model that has been formed after the fall of the Berlin Wall. In the second part, the evolution and manipulation of the sense of time and of the meaning of space are analyzed in the light of the globalization phenomenon and of the privatization processes, due to the application of the neoliberal model and so is done for the paradoxes and contradictions found in the time-space paradigm. Finally, the concepts, paradoxes and contradictions of the time-space paradigm developed in this article are applied to the analysis of the electric systems operation activity in Brazil.

Key-words: *time-space; local-place; global-place; contemporary organizations; operation of electric systems.*

1. A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE TEMPO E ESPAÇO, DE TAYLOR AOS DIAS ATUAIS

O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões a respeito da evolução e manipulação do sentido e significado de espaço e dos paradoxos e contradições encontrados no paradigma espaço-tempo nas organizações contemporâneas, e aplicá-las na análise da atividade de operação de sistemas elétricos no Brasil, como uma forma de demonstrar seu poder explicativo acerca da realidade das organizações e das formas de gestão contemporâneas.

O final do século XIX e o início do século XX foram pródigos em uma série de invenções que transformaram radicalmente o mundo e a sociedade. Em particular, as organizações acompanharam estas invenções, e pode-se dizer que a sua forma de gestão foi, predominantemente, aquela estabelecida a partir dos conceitos e métodos derivados da Administração Científica de Taylor, da Teoria Clássica de Fayol e da Burocracia de Weber.

A forma organizacional típica do início do século até meados da década de 1970, no século XX, foi, portanto, a tradicional forma hierárquica piramidal, na qual as organizações podiam ser descritas por um mero organograma que estabelecia para cada unidade os seus direitos, deveres, relacionamentos, área geográfica de atuação, funções ou especialidades de forma rígida e estática, definindo uma única narrativa social para os seus agentes, centrada na ordem coletiva e na organização racional para o alcance do progresso.

Cada empresa atendia basicamente a um determinado lugar-local, cujo sentido da velocidade do tempo era ditado e regulado pelo ritmo cadenciado das máquinas produtivas trabalhando dia e noite, em turnos sucessivos e ininterruptos. O lugar-local corresponde ao território geograficamente circunscrito na localidade, sob o qual se manifestam poderes locais, caracterizados por um tempo histórico específico (VIEIRA e VIEIRA, 2003).

A partir do final da Segunda Grande Guerra, o mundo começa a passar por outra grande transformação. Formam-se dois grandes blocos econômicos e sociais de características distintas: o bloco capitalista, centrado na livre iniciativa e na economia dirigida pelo mercado, e o bloco

socialista, baseado numa direção centralizada e na economia dirigida pelo Estado. Talvez, essa divisão do mundo em dois blocos seja a gênese do chamado fenômeno da globalização.

Na busca pela hegemonia econômica e política as empresas privadas capitalistas, muitas vezes como instrumentos de governo, passam a buscar a extrapolação do lugar-local se instalando em outras regiões, mercados e nações. Muda o conceito de espaço. Lugares-locais extrapolam suas fronteiras e tornam-se lugares-globais. O mundo econômico e social transforma-se. O mundo começa a ser visto como um lugar-global, que corresponde à desterritorialização de espaços nacionais (locais). O lugar-global caracteriza-se pelo estabelecimento de novas relações de poder decorrentes da apropriação de espaços produtivos e de circulação produtiva (VIEIRA e VIEIRA, 2003a).

As nações e as organizações foram se adaptando a esse novo mundo e, no mundo capitalista, começam a surgir as megacorporações, que demandam novas formas de gestão organizacional à medida que os seus espaços de atuação passam a extrapolar as fronteiras geográficas e culturais dos lugares de origem.

A partir do início da década de 1980, surge um outro fenômeno, baseado no avanço da ciência da Computação e da Comunicação. O mundo torna-se informatizado, e o acesso à informação de forma praticamente instantânea acaba de vez com os conceitos de tempo e espaço de acordo com a sua definição tradicional.

A forma organizacional burocrática hierárquica tradicional, mesmo maquiada pelo período pós-guerra, com a sua narrativa monolítica, não atende mais ao novo ambiente, marcado pela turbulência da tecnologia e das tendências do mercado.

As mudanças passam a ser constantes, rápidas e radicais. Com a queda do Muro de Berlim o mundo torna-se definitivamente global, e passa a predominar o neoliberalismo como modelo econômico da "nova era". A busca por novos mercados intensifica e exacerba a competição entre as organizações, gerando a necessidade de novas formas organizacionais com ênfase em flexibilidade, agilidade e integração.

Este novo e turbulento ambiente é marcado por seguidos eventos de substituição, em que o novo provoca a ruptura com o antigo. Não é possível mais explicar ou ver o mundo sob o prisma de uma única narrativa. São necessárias múltiplas narrativas e uma reavaliação contínua de pressupostos e modelos de interpretação da realidade organizacional, econômica, cultural, social e política.

A resposta da forma organizacional adequada não é mais única e sim fruto da problematização das questões organizacionais, analisadas a partir das múltiplas perspectivas decorrentes das formas e relações de poder, da cultura e da economia globalizada, do ambiente social interno e externo e do contexto institucional.

Não se pode falar em forma organizacional ótima quando o tempo não pode ser mais encarado de forma linear e evolutiva e o espaço de atuação das empresas extrapola as fronteiras geográficas das nações. Cada organização tem o seu tempo e espaço próprio de acordo com a leitura e o uso que faz da informação, ou melhor, da idade e da natureza da informação a que tem acesso.

Na busca da eficiência, da competitividade ou da sobrevivência, as corporações e empresas procuram por novas formas organizacionais. Presencia-se o surgimento de uma miríade de novas estruturas organizacionais, tais como organizações em rede, por equipes, horizontalizadas, descentralizadas, distribuídas e modelos híbridos, cada uma procurando resolver os dilemas impostos por fatores associados a custos, qualidade, velocidade de chegada no mercado, poder de compra, tendências dos consumidores, tecnologia e regulamentações, dentre outros.

2. O AVANÇO TECNOLÓGICO E O SENTIDO DE TEMPO

O avanço da ciência é incontestável. A cada momento surge uma inovação. É um processo constante, rápido e radical, que, a cada instante, contesta e exige a transformação e a evolução dos modos de ser, de comportamento, de formação pessoal e de integração social.

No ambiente de negócios as principais palavras de ordem passam a ser competição, mudança, velocidade e inovação, impondo novos imperativos estratégicos, entre eles, a flexibilidade para o mercado e a inovação competitiva. Destes imperativos decorrem a necessidade da diversificação da carteira de negócios e o aumento da velocidade do relógio estratégico com a abreviação dos ciclos de planejamento, mesmo que para isso a empresa tenha que se recriar num processo de canibalismo intra-empresarial proposital, tal como foi largamente proposto ao longo da década de 1990 nos processos de reengenharia.

Esse novo ambiente mutante é sustentado pela tecnologia da computação,

da informação e, no agora, pode-se dizer que surge a Biogenética. O tempo-espaço social ganha novos significados no mundo cibernético. Segundo Vieira (2003, p.5), "não há mais tempo longo e distância longa, mas o tempo instantâneo e a presença virtual. O tempo virtual coloca na mesma temporalidade espaços distintos".

Os computadores e o acesso à informação mudam os conceitos tradicionais de tempo e espaço. O tempo não tem mais relação com a natureza e nem mesmo com o relógio. O tempo passa a ser velocidade, principalmente, de consumir, processar e usar informação. É um tempo sem tempo, não interessa mais o dia ou a noite nem as horas e minutos. O que interessa é o já, o que se consegue fazer agora em algum lugar, ou melhor, em qualquer lugar.

Porém, se por um lado a sociedade ganha a liberdade de ter a máquina como escrava, acaba por ela se tornando escrava. Os computadores acabam por aprofundar as diferenças sociais. De acordo com Vieira (2003, p.6) a "nova concepção tempo-espaço no uso de tecnologias avançadas, se de um lado amplia o horizonte de reflexão de parte da sociedade, por outro distancia ainda mais, na vida prática, as diferenças econômicas, sociais e culturais", uma vez que se cria uma nova classe de excluídos: a classe dos sem-computadores vê o seu espaço social e econômico cada vez mais restrito, diminuídas as suas oportunidades.

Em contrapartida, a classe dos computadores se sente incluída, abre-se o horizonte das oportunidades, decorrentes da agilização dos tempos de resposta nos processos de trabalho e do acesso à informação. Se por um lado se ganha em agilidade, por outro há um custo, que é a aceleração do tempo, ou seja, da percepção do sujeito que o tempo passou mais rápido, e que se perdeu o tempo. "O tempo é escasso, o tempo foge, o tempo é curto, tempo é dinheiro, o tempo passa rápido, ..., o tempo é escasso e quanto mais o controlamos, mais ele nos escapa" (TONELLI, 2003, p.35).

Ainda segundo Tonelli (2003), no ambiente organizacional atual as pessoas atribuem novos sentidos à mudança na percepção do tempo e ao aumento da velocidade. Em particular, a velocidade aparece associada ao uso do computador. "O tempo é o tempo da máquina. Mas a velocidade é ambígua já que ela pode ser, ao mesmo tempo, facilitadora e instrumental; limitadora e aprisionadora" (TONELLI, 2003, p.45).

Assim, para a classe dos computadores, à medida que os horizontes se abrem dando mais liberdade, cai-se na armadilha da prisão do sentimento da falta de tempo. Os dominantes tornam-se

dominados, escravos das próprias máquinas que dominam.

3. O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E O SIGNIFICADO DE ESPAÇO

No novo ambiente em que está inserida a sociedade, por outro lado, o espaço ganha uma nova conotação. De chofre, o lugar-local torna-se alvo do interesse econômico de multinacionais em função do processo de globalização da economia, que busca por novos mercados e por ganhos em redução de custos. É a manipulação do espaço, da transformação do lugar-local em lugar-global.

De acordo com Vieira e Vieira (2002, p.45), "em tempos de nova ordem econômica internacional, os lugares passaram a desempenhar um importante papel na definição das estratégias globais. Os lugares são disputados pela posição estratégica, pelas vantagens oferecidas, pela logística instalada e pela infra-estrutura, que permitem realizar, com eficiência e custos reduzidos, as operações produtivas e circulatórias no processo de globalização".

Os países não desenvolvidos ou de economias emergentes, normalmente, têm a seu favor baixos custos de mão-de-obra, que os tornam economicamente atrativos para as empresas multinacionais. A premência de tempo, que aflige a sociedade destes países para serem atendidas suas demandas por entrada de recursos de capital, leva a uma aceitação de condições impostas ou, melhor dizendo, leva ao oferecimento de renúncias fiscais e de controle do espaço, atrativos a curto prazo, porém, questionáveis a longo prazo, uma vez que "a contrapartida social é praticamente nula, em função dos benefícios oferecidos pelos governos estaduais e municipais, desencadeando, inclusive, a chamada 'guerra dos lugares' " (VIEIRA e VIEIRA, 2002, p.53).

"O poder instalado é exercido numa temporalidade determinada, produto de temporalidades estabelecidas pelas renúncias fiscais e de controle sobre o espaço construído" (VIEIRA e VIEIRA, 2003, p.51). É a manipulação do espaço-tempo pelos que têm controle do lugar-global. Dentro do paradigma espaço-tempo, o espaço ganha valor associando um tempo que não tem mais relação com o tempo histórico que resultou na formação do espaço social daquele lugar-local.

O lugar-local cede espaço ao lugar-global. "O uso de territórios se processa pela apropriação do espaço, concedido pelos

governos nacionais, sob a influência da dialética dos mercados mundiais" (VIEIRA e VIEIRA, 2003:50). Ganha a referência de um novo tempo, cujo controle está além de suas fronteiras físicas. Porém, este ganho, na prática, pode representar um custo, decorrente da perda da referência no tempo futuro e da perda da capacidade de desenvolvimento, que é o objetivo maior dos países não desenvolvidos ou dos países em desenvolvimento. "Instalada a razão global, o poder de controle do lugar-global pode se sobrepor ao poder do lugar-local" (VIEIRA e VIEIRA, 2003, p.55).

A existência de um lugar-global num determinado espaço físico e em interação dialética com o lugar-local, no entanto, não depende do poder do governo da região onde está a sede da ação. O poder é transferido para o centro da ação, não sendo mais representado apenas por uma nação, mas também por organizações que passam a ter o controle remoto daquele lugar-global, de acordo com suas estratégias empresariais, cujos objetivos, certamente, são diferentes daqueles da sociedade local. "A territorialização de espaços produtivos mundiais caracteriza os lugares-globais, que podem representar desterritorialização dos espaços nacionais sob o ponto de vista da operacionalização das atividades de produção e circulação de produtos" (VIEIRA e VIEIRA, 2003, p.47).

Além da armadilha aprisionadora do sentimento da falta de tempo, a liberdade do poder de perder poder cria a armadilha da prisão da perda do espaço, ou da perda do poder no espaço.

As raízes dessas armadilhas são intrínsecas ao paradigma espaço-tempo. Segundo Tonelli (2003), os lugares-locais, presos no espaço, e os lugares-globais, presos no tempo. O tempo linear do relógio cede espaço ao tempo instantâneo e simultâneo próprio das redes e dos computadores dentro de um espaço global, mundial. O tempo é velocidade de aproveitar oportunidades. É um tempo com tempo certo, ditado pelas vantagens relativas frente a outros espaços, outros lugares-locais candidatos a se tornarem lugares-globais.

De acordo com Vieira (2003, p.5), "o tempo da ação e o espaço onde ela opera é uma realidade dissociada do concreto, do conhecido pela percepção direta", ou seja, "o tempo-espaço cibernético construído pela alta tecnologia é subjetivo, virtual e imaterial, mas, ao mesmo tempo, torna-se real pela objetivação da conduta" e "a vida social estará condicionada ao uso cada vez mais intensivo do tempo-espaço virtual, tanto no plano da individualidade como da coletividade".

O resultado do processo de transformação da sociedade se configura, portanto, como um mundo de paradoxos, contradições e perplexidade: a lentidão rápida, os dominantes dominados escravos, o lugar global local, a soberania dependente, a geografia de nações sem fronteiras, a busca da riqueza arruinadora, o poder de perder poder, a troca do tudo pelo nada, enfim, o paradoxo da liberdade aprisionante. A questão central para as organizações passa a ser o mundo de opostos em que elas vivem e operam os seus negócios.

4. A PERPLEXIDADE DA SOCIEDADE E A TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO DAS ORGANIZAÇÕES E DA GESTÃO

A evolução, manipulação, paradoxos e contradições do paradigma espaço-tempo estão no centro das grandes mudanças no cenário econômico e social, alavancadas pela inovação tecnológica e pelo acesso à informação. Porém, outra importante questão é o espetáculo formado em cima deste novo contexto. É a idolatria ao modelo de gestão que privilegia o poder do mercado em substituição ao modelo de gestão pelo bem-estar social, a sacralização ideológica, os cânticos de louvor ao mercado, o culto dos seus arautos e profetas do amanhã e a magia arrebatadora de palavras e conceitos de eficiência, modernização e adaptação, que pela própria lógica racional do ser humano são impossíveis de serem combatidos sem uma contestação da sua validade para a sociedade.

A velocidade de transformação das estruturas organizacionais e dos conceitos de tempo e espaço, preconizados para o novo ambiente, para a chamada "nova era", e a própria turbulência do ambiente, tecnologia e mercado parecem não permitir mais uma análise detalhada das implicações destas transformações de formas e conceitos.

Por outro lado, conforme exposto por Vieira e Vieira (2003, p.56-57), o fim da bipolaridade ideológica, a revolução da microeletrônica, a queda das barreiras espaciais, o enfraquecimento do Estado-nação, o rolo compressor da dialética da globalização facilitaram a desterritorialização dos novos espaços produtivos e liberaram as ondas de expansão do capitalismo em novas estruturas organizacionais, novas estratégias mundiais, e a imposição de novos conceitos que lhes fossem favoráveis.

Na sociedade moderna tornou-se comum absorver e apropriar conceitos novos sem uma reflexão sobre eles. Conceitos

apresentados sob o manto protetor da expressão mercado livre, quando na verdade se trata de relações assimétricas, de trocas desiguais que instituem um neocolonialismo suave, porém, muito eficiente e baseado no controle de barreiras legais e da gestão de símbolos e desejos, formam a base de sustentação do modelo neoliberal imposto pelos países desenvolvidos. Isso fez com que países em desenvolvimento ou de economias emergentes se tornassem alvos do interesse econômico de multinacionais em função do processo de globalização da economia, que busca por novos mercados e por ganhos em redução de custos.

Especialmente em nosso país, o fenômeno da globalização econômica e a adoção do modelo neoliberal induziram a uma intensa política governamental de privatização de empresas estatais e de entrega de lugares-locais, sendo que os maiores beneficiários deste processo foram as grandes corporações privadas nacionais e estrangeiras.

A política de privatização adotada pelo governo brasileiro foi absorvida e apropriada, à época, pela sociedade sem uma reflexão precisa sobre seus benefícios e malefícios. Práticas importadas de outras realidades econômicas, sociais e culturais foram aceitas sem se levar em consideração cada contexto de origem.

Em particular nas privatizações em que o controle da empresa estatal passou para uma organização não nacional, ou seja, para um grupo empresarial com sede em outro país, a privatização serviu como um instrumento para remessa de lucros ao exterior e para a geração de empregos naqueles países. Mesmo havendo competência na própria empresa ou no país, atividades tais como projetos e serviços de engenharia foram terceirizadas e contratadas no exterior em outras empresas do país ou do grupo controlador. Além da perda de empregos, houve a perda de capacitação tecnológica e a perda de divisas; a submissão do poder do lugar-local, sede da ação, ao poder do centro de ação do lugar-global.

Novas técnicas de gestão organizacional foram difundidas como essenciais ao mundo moderno e usadas de forma dissonante dos seus conceitos originais, tais como a reengenharia e a terceirização. Estas técnicas de gestão organizacional serviram como desculpas para apresentar as mudanças como um repensar fundamental das organizações, a fim de se promoverem mudanças radicais que levariam a uma melhoria drástica no desempenho dos processos organizacionais.

Assim, competências, equipes e estruturas organizacionais próprias existentes nas empresas privatizadas, ou em firmas que

prestavam serviços a estas, foram negadas e desmanteladas. A cultura, o longo processo de aprendizagem técnico e gerencial, toda a capacitação tecnológica desenvolvida ao longo do tempo, de um momento para outro, viram-se questionados por abordagens que privilegiavam os ganhos de curto prazo e que não tinham qualquer relação com um projeto de desenvolvimento nacional de longo prazo.

Também, muitas vezes foram promovidas reduções de níveis hierárquicos, aglutinando-se vários setores sob uma mesma gerência, e esta gerência sendo entregue a profissionais da sede da organização controladora. Novamente, observa-se uma perda de capacitação, desta vez uma perda da capacidade de desenvolvimento de competências gerenciais que são vitais para um país em desenvolvimento evoluir para estágios mais avançados.

Dessa forma, o sentido do tempo e o significado do espaço e os paradoxos e contradições do paradigma espaço-tempo são amplamente manipulados por novas técnicas de gestão dentro de um contexto envolvendo globalização, processos de privatização e neoliberalismo. Por exemplo, na reengenharia, o lugar-local, espaço da herança de um tempo histórico, é totalmente destruído e reconstruído num processo no qual a unidade espaço-tempo é um vetor para a construção de uma nova realidade, adequada a um determinado lugar-global. Já com a terceirização, a cultura do lugar-local é, muitas vezes, substituída pela cultura de um lugar-global, servindo ao interesse econômico e social de outras empresas ou mesmo nações, estando em jogo a submissão e a dominação da sede da ação pelo centro da ação.

5. O PARADIGMA ESPAÇO-TEMPO NOS SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

A globalização da economia, os processos de privatização e a aplicação de novas técnicas de gestão, decorrentes da aplicação do modelo neoliberal, exacerbam a presença do paradigma espaço-tempo em determinados setores e atividades econômicas e produtivas nos quais as dimensões de espaço e tempo, pelas próprias características fenomenológicas, já não podiam ser consideradas dimensões independentes. Este é o caso das organizações do setor de energia elétrica, e mais particularmente é o caso das atividades associadas à operação de sistemas elétricos interligados.

Um sistema elétrico interligado é composto por unidades distintas de geração (usinas) e de transmissão e distribuição (subestações), interconectadas por linhas de transmissão. Os fenômenos inerentes à eletricidade exigem que estas unidades sejam consideradas não só de forma individualizada, mas também de forma integrada e única. É como se não importassem cada lugar-local e sim que todas as instalações fizessem parte de um lugar-global. As usinas e subestações representam as sedes da ação e o centro de controle de operações, o centro da ação.

Uma vez que os fenômenos elétricos se propagam em milissegundos por instalações que distam centenas de quilômetros, o tempo tem que ser considerado como uma entidade virtual, que coloca na mesma temporalidade espaços distintos. O controle de um sistema de tais características só pode ser feito com segurança por meio do emprego de redes de computadores de alto desempenho e dos avanços das tecnologias da informação.

Na década de 90, esse ambiente por si só complexo, no entanto, tornou-se ainda mais complexo com o desenvolvimento pelo governo federal do processo de privatização das empresas estatais do setor de energia elétrica e da implantação de um novo modelo institucional para o setor. Até esse momento, o setor era predominantemente estatal, e a cada empresa era atribuída de forma legal a concessão de uma área geográfica predeterminada. O novo modelo acabou com as áreas de concessão históricas, e as concessões passaram a ser obtidas por meio de processos licitatórios em que era vedada a participação das empresas estatais, ainda que possuidoras das instalações a serem interligadas. Desta forma, as empresas estatais passaram a ser obrigadas a ceder suas instalações para outras empresas conectarem seus equipamentos relativos a novos empreendimentos. Ou seja, uma usina ou uma subestação, pertencente a uma determinada empresa do setor elétrico, que se reportava e era comandada pelo respectivo centro de controle desta empresa, passou a comportar dentro de si painéis e equipamentos de propriedade de outra empresa, bem como passou a ter na sua sala de controle operadores da outra empresa, e estes, por sua vez, respondendo ao seu próprio centro de controle de operações - uma única sede da ação subordinada a diversos centros de ação.

Surgem, então, conflitos decorrentes da convivência de estruturas empresariais distintas em um mesmo espaço físico, onde são tratados de forma diferente aspectos próprios da forma de gestão de cada empresa, tais como: poder atribuído e

hierarquia, política de pessoal, forma de remuneração, política de pressão por resultados permeando a estrutura técnica de operação e manutenção e a estabilidade de emprego, entre outros. Da mesma forma, paradoxalmente, o tempo ganha um sentido múltiplo e conflitante neste espaço único, em decorrência da diferença na velocidade de tomada de decisões operativas e administrativas pelos centros de ação de cada uma das empresas que atuam na mesma sede de ação.

Porém, além destas questões conflituosas, há uma mudança no significado de espaço na medida em que este passa a ser um palco onde se confrontam tecnologias e recursos materiais e organizacionais distintos, bem como uma mudança no sentido de tempo, ao passar a constituir-se uma competição pela velocidade de decisão em situações técnicas críticas para o negócio de cada uma das empresas, ou até mesmo, em situações administrativas normais envolvendo assuntos de baixa relevância.

Esta decisão política trouxe, portanto, grandes implicações ao sentido de tempo e ao significado de espaço, uma vez que aqueles lugares-locais, com uma cultura atrelada à cultura da empresa original, passaram a compartilhar, no mesmo espaço-tempo, uma nova cultura trazida pelos acessantes de outros lugares-locais ou mesmo de outros lugares-globais. As mudanças de significado e de sentido da unidade espaço-tempo, observadas nas usinas e subestações, sinalizam para as empresas do setor de energia elétrica no Brasil a necessidade de uma alteração de rumo que aponta para a busca de novos modelos organizacionais mais adequados aos paradoxos e contradições com os quais estas empresas se confrontam no momento atual.

Essa multiplicidade de sentidos e significados representam também custos adicionais para a sociedade. Isso se deve à necessidade de duplicação de recursos humanos e materiais e à maior complexidade na coordenação de restabelecimento do sistema elétrico diante de perturbações que acarretam corte de carga dos consumidores, face ao maior número de agentes envolvidos, entre outros fatores que poderiam ser citados. No entanto, utilizando-se de discursos que não encontram comprovações empíricas, mas difíceis de serem contestados por usarem verdades presumidas maiores e incontestáveis, os custos são justificados como sendo necessários e inadiáveis ao desenvolvimento econômico do país e para o seu ingresso numa era de modernidade, numa corrida contra uma unidade espaço-temporal irreal criada e usada para atender interesses de busca do estabelecimento de novos mercados e lugares-globais.

6. CONCLUSÃO

Sem uma reflexão mais aprofundada da forma e do contexto em que determinadas técnicas de gestão e modelos econômicos e sociais são usados, há risco de manipulação do sentido do tempo e do significado do espaço. Essa apreciação se coloca dentro do paradigma espaço-tempo, sendo muito difícil combater o seu lado perverso, uma vez que na sua origem os conceitos que os regem são valores legitimados, tais como eficiência, qualidade, modernização, melhor uso da tecnologia, em suma, progresso para o ser humano.

Assim como este trabalho alerta para alguns aspectos da evolução e manipulação do sentido do tempo e do significado do espaço dentro do paradigma espaço-tempo, trabalhos similares podem e devem ser conduzidos de forma empírica e com uma metodologia de pesquisa rigorosa, buscando novos modelos organizacionais mais adequados face aos paradoxos e contradições encontrados no paradigma espaço-tempo nas organizações contemporâneas. O que se procura estabelecer, à luz da geoestratégia dos espaços econômicos e do paradigma espaço-tempo na gestão de territórios globais, é um entendimento claro dos benefícios e malefícios decorrentes da adoção intempestiva de técnicas de gestão organizacional, modelos econômicos e políticas de governo para a sociedade de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

É importante frisar que não se trata de desmerecer determinadas técnicas de gestão e nem de levantar bandeiras de cunho político ou ideológico contra a globalização, contra o modelo neoliberal ou mesmo contra o uso das inovações tecnológicas nas empresas dos países periféricos. Trata-se simplesmente de não se ficar à mercê de um processo de globalização imposto por outros atores da cena internacional como destino inexorável. Trata-se de se ganhar plena consciência do jogo econômico e de poder embutidos nestes processos e modelos, para se representar um ator do jogo e não um mero espectador.

O progresso não pode e nem deve ser detido, pois é inerente a capacidade intelectual do ser humano e da sua superioridade sobre as outras formas de vida. O ser humano é competitivo por excelência e na sua própria essência, não esmorecendo no caminho da sua evolução. A inovação e o uso das tecnologias advindas do avanço da ciência não podem ser negados, assim como não pode ser negada a necessidade das empresas e da sociedade dos países evoluírem, adaptando-se ao novo ambiente que caracteriza o mundo atual. Porém, o fenômeno da evolução tem que ser corretamente compreendido para não aprofundar crises sociais devidas a simples mudanças em paradigmas existentes, principalmente, quando impostas por organizações e nações hegemônicas, cujo poder de dominação extrapolam as fronteiras que delimitam os seus espaços geográficos.

REFERÊNCIAS

-
- TONELLI, Maria José. Produção de sentidos: tempo e velocidade nas organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v.37, n.1, p.33-50.
- VIEIRA, Euripedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Espaços econômicos: geoestratégia, poder e gestão do território**. Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzatto, 2003.
- VIEIRA, Euripedes Falcão. O tempo-espaço: ficção, teoria e sociedade. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, v.1, n.1, ago. 2003. Disponível em <<http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape>> Acesso em: 28 ago. 2003.
- VIEIRA, Euripedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Geoestratégia dos espaços econômicos: o paradigma espaço-tempo na gestão de territórios globais. In
- FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

Marcelo Milano Falcão Vieira

Ph. D. em Administração pela University of Edinburgh.

Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas

Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional.

E-mail: mmfv@fgv.br

Praia de Botafogo, 190 sala 503

CEP 22253-900 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

Paulo Henrique Simas Garrofé

Engenheiro de Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica e Mestrando pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

Gerente da Divisão de Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação de FURNAS Centrais Elétricas S.A.

E-mail: pgarrofe@furnas.com.br

Rua Real Grandeza, 219 Bloco E sala 305

CEP 22283-900 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil